

ESTUDO COMPARADO SOBRE O MICROCRÉDITO EM DUAS INSTITUIÇÕES DE MARINGÁ- PR

*Lorena Borean Borghi
Ligia Greatti*

RESUMO

O microcrédito é um serviço de inclusão financeira, que no contexto da microfinanças, facilita a concessão de crédito para pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de baixa renda com a aplicação da metodologia diferenciada. Este artigo tem como objetivo proporcionar uma análise comparativa da atuação de duas instituições de microcrédito em Maringá, a Fomento Paraná e a Maringá Crédito Solidário, apresentando semelhanças e diferenças nas atividades desenvolvidas, nos serviços prestados e nos resultados alcançados. O estudo pode ser considerado de caráter descritivo, sendo utilizada para a coleta de dados fontes primárias, por meio de entrevista, e secundárias, por meio da pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica contribuiu para o entendimento teórico sobre o tema, que abrange microcrédito e suas instituições, e a pesquisa documental foram realizados com base em relatórios, documentos digitais, bem como informações disponíveis no site das instituições. Por meio da análise dos dados, pôde ser observado que ambas as instituições se constituem como agentes importantes para o microcrédito, atuando com foco nos empreendedores que possuem baixa renda, oferecendo produtos, valores e atendimento diferenciados que correspondem a suas necessidades.

Palavras-chave: Microcrédito. Instituições. Empreendedores de baixa renda.

1 INTRODUÇÃO

A microfinanças é uma atividade econômica que abrange um conjunto de serviços financeiros, como depósitos, empréstimos, poupanças e seguros destinados à população de baixa renda, negócios por conta própria e empresas de baixo faturamento, a maior parte sendo informais (CACCIAMALI, MATOS e MACAMBIRA, 2014). Dessa forma, tem como objetivo facilitar o acesso ao crédito e de outras atividades financeiras para as pessoas de baixa renda, sendo considerados como direitos fundamentais (CONSTANZI, 2002).

De acordo com Helal e Cunha (2017) o crédito é importante porque está ligado ao crescimento econômico, pois, para uma empresa ao buscar inovação é preciso de financiamento. O financiamento bancário tradicional, portanto, possuem várias restrições sendo uma delas o oferecimento de uma garantia, o que dificulta o acesso das pessoas de baixa renda. Por conseguinte, Muhammed Yunus realizou uma experiência em Bangladesh para ajudar as pessoas carentes a conseguir crédito, resultando assim na ideia que temos atualmente sobre o microcrédito.

O microcrédito pode ser compreendido como um empréstimo de pequeno valor destinado à população de baixa renda ou microempreendedores, que não possuem alcance ao crédito formal. Uma das facilidades é a não exigência de garantias reais, sendo assim, tem a finalidade de proporcionar mecanismos autossustentáveis de combate à pobreza e a exclusão social (CONSTANZI, 2002). Conforme Leite e Montoro (2019) os impactos causados pelo microcrédito são positivos e tem um efeito multiplicador na economia e nas condições sociais do local que estão inseridos. Além disso, no curto prazo colabora com a geração de emprego e renda e no médio e longo prazo, diminui a parcela informal da economia e melhora a inclusão financeira e social.

No Brasil o microcrédito segundo Costa (2010) é uma atividade que traz retorno para as instituições que operam, possui baixa inadimplência e é possível quando tem suas técnicas adaptadas ao ambiente inserido. O acesso ao crédito para a população de baixa renda no país é oferecido por meio de ações do Poder Público, Sociedade Civil e da Iniciativa Privada, com diferentes projetos institucionais, além disso, essas organizações podem ser com ou sem fins lucrativos (BARONE et al, 2002). De forma geral, o microcrédito tem despertado o interesse de muitos pesquisadores, porque busca entender como essa ferramenta contribui no combate a pobreza e na exclusão social, oferecendo crédito para população de baixa renda que são esquecidas pela sociedade e que não possui acesso ao sistema financeiro tradicional.

Assim, diante dos benefícios que o microcrédito pode gerar, tanto para o tomador quanto para a instituição operadora, esse estudo tem como objetivo geral realizar uma análise comparativa da atuação do microcrédito em duas instituições de Maringá, sendo a Fomento Paraná e a Maringá Crédito Solidário. Serão analisadas as semelhanças e diferenças nas atividades desenvolvidas, nos serviços prestados e nos resultados alcançados por essas duas instituições de microcrédito. Visando atingir os objetivos, esse artigo está dividido em algumas seções principais, além desta introdução. Na segunda seção é feita uma apresentação sobre o microcrédito, seu surgimento, sua atuação no Brasil, os métodos usados no microcrédito e as instituições de microcrédito no Brasil. A terceira seção mostra a metodologia utilizada para coletar e analisar os dados expostos no trabalho. Na quarta seção são apresentando os principais resultados da análise comparativa sobre o microcrédito nas duas instituições analisadas, Fomento Paraná e a Maringá Crédito Solidária. Na quinta seção são feitas as considerações finais, seguidas das referências utilizadas no decorrer do trabalho.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Essa seção visa mostrar o significado de microcrédito, suas características, sua importância para a inclusão financeira, assim como procura apresentar os tipos de instituições de microfinanças que são autorizadas a operar com microcrédito no Brasil.

2.1 O MICROCRÉDITO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A INCLUSÃO FINANCEIRA

O microcrédito é entendido como principal atividade do setor de microfinanças pela importância para as políticas públicas de superação da pobreza, pela geração de trabalho e renda e também pela inclusão financeira (SOARES e SOBRINHO, 2008). A inclusão financeira vem se tornando importante e progredindo nos últimos anos por causa de discussões relacionadas aos temas inovadores, estudos e modelos de sucessos quanto aos serviços financeiros para os menos favorecidos e o financiamento para pequenas e médias empresas (BANCO DE MOÇAMBIQUE, 2013).

Segundo Gonçalves (2015) a inclusão financeira é um procedimento que facilita e disponibiliza o acesso ao uso do sistema financeiro para as pessoas que vivem em um determinado lugar, buscando promover o ingresso aos serviços financeiros e expandir os canais de acesso, principalmente na promoção da educação financeira, para que todos conheçam as vantagens em entrar no sistema financeiro e entendam quais são os produtos e serviços financeiros oferecidos. Dessa forma, os serviços de inclusão financeira procuram trazer o bem-estar ao indivíduo. Entre esses serviços está inserido o microcrédito, que tem como instrumento gerar renda e reduzir a pobreza nos países em desenvolvimento.

Soares e Sobrinho (2008) definem a atividade de microcrédito como aquela que, no contexto das microfinanças, se dedica a prestar esses serviços exclusivamente a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de pequeno porte, diferenciando-se dos demais tipos de atividade microfinanceira também pela metodologia utilizada, bastante diferente daquela adotada para as operações de crédito tradicionais. Dessa forma, o microcrédito é determinado como:

concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado a produção (capital de giro e investimento) e é concedido pelo uso da metodologia específica. (BARONE et al, 2002, p.11).

Atualmente, o microcrédito se expandiu para o restante do mundo e se apresenta como uma atividade inserida no âmbito da microfinanças, pois a mesma representa um conjunto de serviços financeiros voltados a pequenas atividades produtivas e a população de baixa renda, podendo então ser definido como o crédito de pequeno valor ofertado para as pessoas de baixa renda com a intenção de investir em tarefas produtivas (SILVA e GÓIS, 2007). O que se conhece como microcrédito, no sentido atual, resulta de um conjunto de inovações nos modelos de negócios que visam atender a demanda potencial de crédito pelas populações excluídas do sistema bancário tradicional (GONZALEZ e DRIUSSO, 2008).

A atuação do microcrédito é identificada por causa da metodologia utilizada, por ser diferente daquela usada para as operações de crédito tradicionais (MONZONI, 2006), assim, Pereira (2005) descreve que esses métodos são realizados por meios harmônicos e padronizados, viabilizando o acesso e uso dos microempreendedores aos serviços financeiros e diminuindo os riscos na concessão de crédito, mediante da confiança entre a instituição e o cliente. Portanto, o microcrédito com as suas inovações busca proporcionar empréstimos para a população de baixa renda, bem como, os empréstimos em grupo, o agente do crédito para acompanhamento das atividades, empréstimo progressivos, frequência de pagamentos e foco

nas mulheres. Essas inovações superam os altos riscos, custos de transação elevados e falta de garantias, que excluía os pobres (GONZALEZ, PIZA e GARCIA, 2009).

A tecnologia do microcrédito promove inclusão econômica e social, pois, o aumento da atividade econômica acarreta a melhora da qualidade de vida das famílias e sua comunidade, tendo melhor acesso na alimentação, saúde, educação, moradia e outras ações. Ademais, essa segurança econômica com os empreendedores aumentam a autoestima e a consciência de cidadania, por causa da confiança que são atribuídos a eles (DANTAS, 2014).

Dantas (2014) relata que esse sistema resgatou uma classe pobre que até então era invisível na sociedade e trouxe o aparecimento dessas pessoas para as agendas dos governos e organizações financeiras de cada país e ocasionou também o reconhecimento dos microempreendedores como categoria econômica e como cidadãos, estabeleceu relações de confiança entre as pessoas e as instituições, enquadrando-as no âmbito da economia moderna, como produtores e consumidores.

O sistema de microcrédito, segundo Lima, Carvalho e Vidal (2008), não se baseia em garantias ou bens, mas em análise socioeconômica dos clientes que pretendem montar ou ampliar uma atividade que lhes dê retorno garantido, ou seja, que lhes proporcione uma renda efetiva, ainda que modesta. E o diferencial maior em relação ao sistema tradicional de financiamento, segundo os autores, é que o cliente não precisa necessariamente ir até ao banco para contratar um empréstimo, e sim os “agentes de crédito” podem ir até os clientes. Tais agentes de crédito são os responsáveis pela análise socioeconômica dos clientes, que serve de base para a decisão de concessão ou não do financiamento pleiteado.

As principais características da prática do microcrédito são o crédito produtivo, a ausência de garantias reais, o crédito orientado pelos agentes, o crédito adequado ao ciclo do negócio, baixo custo de transação e elevado custo operacional e a ação econômica com forte impacto social (BARONE et al, 2002). Além disso, tem como principais inovações os empréstimos em grupo, o agente de crédito, empréstimos progressivos, e a frequência de pagamentos (GONZALEZ & DRIUSSO, 2008).

Com relação às taxas de juros realizadas pelas instituições de microcrédito, são consideradas altas, porém ainda são menores que as cobradas por agiotas. Esses juros são efetuados de acordo com o mercado, esclarecendo que os custos com os microempreendedores são grandes e possui maior risco nas operações convencionais de empréstimos (SANTIAGO, 2014).

O público alvo do microcrédito está focado em empreendedores na esfera informal da economia (SANTOS, 2014). Visto que, os empreendedores informais estavam excluídos do sistema financeiro tradicional, por possuírem uma realidade diferente e dificuldade de ingressar no mercado financeiro, porque não tem tempo, recursos financeiros e culturais para o acesso de crédito em banco (DANTAS, 2014).

O microcrédito apresenta uma parte das operações destinadas para o gênero feminino, tanto é que no *Grameen Bank* esse público é dominado chegando a 95% dos clientes, enquanto que, no Brasil não possui muitas instituições com esse foco, porém existem evidências que as operações tenham ajudado as mulheres (GONZALEZ et al, 2009). Desta maneira, Costa (2010) diz que o microcrédito em relação às mulheres é uma revolução feminista contra o patriarcalismo, já que, para continuar o empreendimento as mulheres precisam de conhecimento e procuram educação, acarretando em uma revolução cultural.

De forma geral, o microcrédito possui alguns atributos que são considerados como um mecanismo de sucesso para o microcrédito. O Quadro 1 mostra as características do microcrédito em forma resumida do que foi discutido nesse tópico, como a metodologia usada para o empréstimo do crédito para as pessoas de baixa renda.

Quadro 1: Atributos do microcrédito.

Atributos	Descrição
Finalidade	É o crédito produtivo, financiando o capital de giro e investimento fixo.
Público alvo	Destinados para pequenos empreendimentos informais, microempresas e empresas de pequeno porte.
Montante	Baixo valor.
Ausência de garantias	Normalmente os empréstimos são feitos por meio de fiador ou aval solidário
Mínima burocracia	A maioria dos empreendimentos beneficiados é informal, possuindo a formalização limitada.
Periodicidade de pagamento	Podendo ser mensais, semanais ou até diários.
Orientação	O crédito é feito de maneira assistida por meio do agente de crédito.

Fonte: Elaborado com base em Kelly, Fonseca e Sauerbronn (2019).

Em relação aos programas de microcrédito, Reymão e Corrêa (2014) colocam que oferecem recursos financeiros aos pobres, que por motivo da dificuldade dessas pessoas conseguiram empréstimo nos bancos tradicionais, são levados a fazer empréstimos em instituições que cobram juros elevadíssimos ou procurar ajuda de amigos e familiares que tem fundos limitados.

Nos âmbitos dos programas de microcrédito, o Crediamigo tem grande destaque, foi criado pelo BNDES em 1997 e atua com o microcrédito produtivo orientado (HELAL e CUNHA, 2017). É um projeto que faz parte do programa Crescer do Governo Federal, agindo de modo rápido e sem burocracia para conseguir créditos em grupo solidário ou individual. Além disso, promove o acesso ao crédito para empreendedores das áreas formais e informais da economia - microempresas, incluindo o Microempreendedor Individual, Empresário Individual, Autônomo ou Sociedade Empresária (SEBRAE, 2018).

Outro programa de grande relevância é o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) criado em 2005 e considerado um marco regulatório do microcrédito no Brasil. Os objetivos do PNMPO são estimular a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares e viabilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado, fortalecendo essa operação (ARAÚJO, 2012). O diferencial desse programa está na metodologia usada que é fundamentada no relacionamento direto do agente de crédito com o microempreendedor na região de sua atividade, possuindo um atendimento particular e realizado por pessoas capacitadas para ajudar o tomador sobre a gestão do empreendimento, ademais, foi seguido das normas do sistema de concessão do microcrédito dos princípios e preceitos mostrado por Yunus e se aproximando do modelo do *Grameen Bank*. (RIBEIRO, 2009).

O Programa Crescer surgiu por meio do campo do Plano Brasil Sem Miséria e do PNMPO no ano de 2011 (BNDES, 2016). Esse programa possui o objetivo de aumentar o padrão de vida e gerar emprego, oferecer novos negócios, incentivar o empreendedorismo e a bancarização, e também ajudar os programas do Brasil Sem Miséria (SANTOS, 2014).

Apesar de ser notório que o microcrédito é um forte mecanismo de combate à pobreza, Kelly, Fonseca e Sauerbronn, (2019) trouxeram uma série de críticas a respeito da eficácia dessa atividade na diminuição da pobreza, que foram identificadas em quatro aspectos. A primeira crítica diz respeito aos recursos que podem não estar sendo entregues ao público alvo (os mais pobres dos pobres). A segunda, porque os recursos não atende as necessidades diárias do público, dado que prefere focar em investimentos produtivos para começar ou ampliar um negócio. A terceira crítica está relacionada com o retorno do crédito, que é baixa, por razão da carência de capacitação, de conhecimento e de educação financeira dos microempreendedores. E por último, o fato dos empreendedores pobres estarem sujeitos ao endividamento às instituições de microfinanças, criando uma geração superendividada.

(KELLY, FONSECA e SAUERBRONN, 2019). Mesmo que contenha essas críticas, o microcrédito é importante para a inclusão financeira no Brasil, por incluir pessoas de baixa renda excluídas do sistema financeiro tradicional, levando assim, a qualidade de vida e autoestima.

2.2 INSTITUIÇÕES DE MICROCRÉDITO NO BRASIL

As instituições de microcrédito são organizações de microfinanças que operam nos programas sociais de combate a pobreza colaborando com uma parte do financiamento e programas totalmente autossustentáveis financeiramente que estimulam a criação e ampliação de pequenas atividades economicamente viáveis (CACCIAMALI et al, 2014). O sistema do setor da microfinanças no Brasil é elaborado por dois grandes grupos de instituições que se complementam. O primeiro grupo é formado por entidades chamadas de “primeiro piso”, que trabalham com o cliente final, fornecendo o empréstimo e outras atividades. E o segundo grupo é chamado de “segundo piso”, que concedem capacitação e apoio técnico e dispõem recursos financeiros, com forma de empréstimos para as instituições de “primeiro piso” (BARONE et al, 2002).

As instituições de microcrédito são elaboradas por meio de práticas do Poder Público, da sociedade civil e da iniciativa privada, com ou sem fins lucrativos (BARONE et al, 2002). Segundo Kelly et al (2019), os exemplos de instituições do primeiro piso são “organizações não governamentais (ONGs), OSCIPS, cooperativas de crédito, sociedades de créditos ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte (SCMs), fundos públicos e bancos comerciais públicos e privados” e os de segundo piso representados pelo BNDES e o SEBRAE.

Com isso, as organizações que estão habilitadas no Ministério do Trabalho e Emprego para operar o PNMPO são as cooperativas de crédito singulares, as agências de fomento, as sociedades de crédito ao microempreendedor e empresas de pequeno porte, as organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e as sociedades na qual a instituição financeira participe direta ou indiretamente, que proporcione serviços à contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado e que esses serviços não sejam atividades privadas de instituições financeiras (MTE, 2016). Além disso, o microcrédito conta com a participação de bancos e instituições financeiras tradicionais, públicas e privadas (ARAÚJO, 2012).

Segundo Cacciamali et al (2014) as práticas de microcrédito se encontra bastante presente no Brasil, sendo reconhecida por três vertentes. Dessa forma, a primeira ocorre por meio de associações privadas que não visa o lucro, junto com a formação de instituições vinculadas a redes internacionais, já a segunda acontece por iniciativas realizadas pelo poder público com o modelo de programas do microcrédito processadas por entidades federativas, estaduais e municipais. Por fim, a atuação de bancos públicos federais, com a execução dos programas de microcrédito. O Quadro 2 apresenta as instituições de microcrédito e a descrição de cada uma delas sobre o monitoramento, objetivos e funções.

Quadro 2: Instituições de Microcrédito

Instituições	Descrição
Sociedades cooperativas	Conjunto de sociedade de pessoas, de cunho econômico, que não possui fins lucrativos, criadas para prestar serviços aos sócios de acordo com os princípios jurídicos próprios e preservando seus traços distintos intactos.
Cooperativas de crédito	As cooperativas de crédito estão enquadradas nas sociedades cooperativas e são instituições financeiras monitoradas pelo Banco Central do Brasil e constituídas por associações de pessoas com o objetivo de prestação de serviços aos membros, não visa o lucro, todos tem o mesmo direito e a adesão é livre e voluntária. Os associados

	são donos e usuários da cooperativa e possuem o poder igual de voto, ademais, nas cooperativas eles têm acesso aos serviços de banco, como conta corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, empréstimos e financiamentos.
Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	São entidades não governamentais, com a finalidade de amparar ou complementar atividade de categoria pública sem fins lucrativos, sendo conhecidas como o terceiro setor e são controladas pelo poder público e não pelo Banco Central. Essas organizações são capazes de assumir a forma jurídica de sociedades civis, ou associações civis ou fundações de direitos privados. Com o seu crescimento surgiu o marco regulatório, a Lei 9.790/99 das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).
Sociedades de Crédito ao microempreendedor e a empresa de pequeno porte (SCMEPPs)	São monitoradas pelo Banco Central do Brasil e foi iniciado com o objetivo de conceder acesso ao crédito para pessoas físicas e empresas de pequeno porte, como empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial. Essas instituições não podem recolher recursos do público e também não deve emitir títulos e valores mobiliários atribuídos à colocação e ofertas públicas, porém podem exercer como correspondentes no país. Com o início da atividade no setor privado de microcrédito na Resolução 2.627/99, regularização esse marco criando a Lei 10.194/01.
Bancos de desenvolvimento	Surgiram no mercado internacional no final da segunda guerra mundial com o objetivo de reconstituir os países destruídos pela guerra. O BNDES é uma entidade pública e é classificado como executor do sistema financeiro por operar como essencial agente de Fomento do país, com as políticas de longo prazo, além disso, considerado uma instituição de segundo piso, que atua de modo importante no mercado de microcrédito.
Agências de fomento	São controladas pelo Banco Central e possui o objetivo de financiar o capital fixo e de giro para organizações previstas em programas de desenvolvimento no local em que estiver estabelecida e deve ser formada por sociedade anônima de capital fechado. A agência de fomento também consegue abrir linhas de créditos para cidades de seu estado, exceto quando as instituições tender benefícios comuns.

Fonte: Elaborado com base em Araújo (2012), Ribeiro (2009) e BCB (2019).

Os resultados dos programas de microcrédito ocasionaram duas abordagens, a primeira tratando-se do *poverty lending* (crédito para os pobres), em que o fornecimento de serviços financeiros ajuda a diminuir a pobreza, sendo assim, pretendendo que o microcrédito seja dever dos governos, das ONGs e dos doadores, com o objetivo de atender os clientes mais necessitados. A segunda abordagem refere-se ao *financial systems* (sistemas financeiros), no qual as instituições de microfinanças (IMF's) precisam concentrar na sua autossustentabilidade, por meio, de taxas de juros altos e custos operacionais baixos ((KELLY, FONSECA e SAUERBRONN, 2019).

As instituições de microcrédito, diferente das instituições bancárias tradicionais, cobram juros mais baixos, proporcionando crédito regular às pessoas de baixa renda e a grupos de aval solidário com fiança coletiva. Nesses grupos os membros devem responder em conjunto ao pagamento da dívida, caso houver inadimplência de um deles, fazendo com que esses integrantes tenham preocupação com cada associado e também vigiar as ações dos demais, para diminuir a taxa de inadimplência dos empréstimos (REYMÃO e CORRÊA, 2014).

De acordo com Reymão e Corrêa (2014), os participantes dos programas de microcrédito precisam colaborar na superação de sua situação de pobreza por meio da prática de garantia social, tornando o microcrédito como uma política que visa o aproveitamento do capital social, estabelecida por confiança, reciprocidade e participação dos indivíduos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo apresentado é considerado como uma pesquisa descritiva, pois pesquisa descritiva tem o propósito de descrever as características de determinada população ou

fenômenos, e estabelecer relações entre as variáveis, além disso, usa técnicas padronizadas de coletas de dados, como por exemplo, o questionário, entrevista e a observação sistemática (GIL, 2002). Desse modo, o fenômeno pesquisado foi à atuação do microcrédito em duas instituições que prestam serviços de microfinanças em Maringá de forma a descrever suas atividades e operações.

A pesquisa foi realizada de maneira qualitativa, pois executou um conjunto de técnicas interpretativas caracterizando uma serie de significados, contribuindo nos métodos de cunho racional e compreensão dos fenômenos (NEVES, 1996). Os métodos da pesquisa qualitativa abrange a observação, análise de textos e documentos, entrevistas e grupos focais e gravações de áudios e vídeos, sendo que esses procedimentos são combinados com frequências (SILVERMAN, 2009). Essa pesquisa, portanto, procurou trazer maior profundidade e significado para as informações e acontecimentos.

Os dados do estudo foram coletados por fontes secundárias por meio de pesquisa bibliográfica e documental, bem como de fontes primárias, com realização de entrevistas com as gerentes das instituições. A pesquisa bibliográfica, segundo Lakatos e Marconi (1991), abrange o estudo a respeito da bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo. Tem como finalidade colocar o pesquisador em contato com o que já foi escrito sobre determinado assunto, permitindo o reforço na análise ou na manipulação dos dados. Sendo assim, é um estudo direto com fontes científicas que não precisa recorrer exatamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica (OLIVEIRA, 2007). A pesquisa bibliográfica, portanto, foi realizada a respeito do tema microcrédito, utilizando de livros e artigos já tornados públicos sobre o tema. A pesquisa documental, por sua vez, se diferencia da bibliográfica por ser de materiais que não possuem um tratamento analítico, esses podem ser reconstituídos de acordo com os objetos de pesquisa e também apresentam fontes mais diversificadas e dispersas (GIL, 2002). Além disso, é uma pesquisa na qual a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, constituindo o que se denomina de fontes primárias, tais como documentos de arquivos públicos ou privados, leis, relatórios, contratos, censo, etc (LAKATOS e MARCONI, 1991). Neste estudo foram analisados documentos digitais, bem como relatórios e informações disponíveis no site das instituições analisadas.

Os dados foram selecionados de acordo com a sua relevância para o estudo e foi realizada uma análise descritiva do conteúdo, mostrando as atuações e comparações de duas instituições de microcrédito em Maringá, a Fomento Paraná e a Maringá Crédito Solidária. Dessa forma, comparou as atividades desenvolvidas, os serviços prestados e os resultados alcançados por meio de entrevista, documentos digitais, bem como relatórios e informações disponíveis no site das duas instituições analisadas.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Essa seção tem como proposta apresentar duas instituições de microcrédito em Maringá e suas atuações com relação à inclusão financeira.

4.1 APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE MICROCRÉDITO ANALISADAS

Na esfera do Estado do Paraná, a Fomento Paraná opera como agência de fomento ligada ao Governo do Estado do Paraná, para o incentivo de inclusão financeira no estado, em especial junto com as micro e pequenas empresas (RICHARDE, ROCHA e SELA, 2018). A Fomento Paraná foi instituída pela Lei Estadual nº 11.741, de 19 de junho de 1997 e passou a funcionar em 1998 pelo Banco Central do Brasil mediante o documento DEORF/DIFIN-99/239. A sua matriz está localizada em Curitiba e contém uma rede de correspondentes, em colaboração com associações comerciais e empresariais de varias cidades do estado do

Paraná. Sendo assim, no município de Maringá ela está localizada em duas sedes, uma situada na Associação Comercial e Empresarial de Maringá (ACIM) para concessão de crédito com valores acima de R\$19.500,00 e a outra na prefeitura de Maringá na sala do empreendedor para concessão de empréstimo de até R\$19.500,00, desde 2015. É uma instituição financeira de economia mesclada, constituída por sociedade anônima de capital fechado e com capital social predominantemente pertencente ao Estado do Paraná. O objetivo da entidade é garantir aos empreendedores paranaenses o acesso ao crédito mais barato, em consequência estimulando o desenvolvimento e a produtividade no estado (FOMENTO PARANÁ, 2019).

Conforme a entrevista realizada, o número de funcionários da Fomento Paraná totalizam cinco pessoas, sendo três auxiliares administrativos, um assistente e um gerente, esses dois últimos cargos trabalham como agentes de crédito. Com relação, aos agentes de créditos na Fomento Paraná, a sua função é facilitar a concessão de créditos para os tomadores de crédito. Os agentes atendem os clientes conforme a demanda, não havendo número máximo de clientes por agente. A forma de relação entre eles são sincera, amistosa, cordial e desenvolvendo até a amizade, além disso, os agentes acompanham o empreendedor antes e após a liberação do crédito e as visitas só acontecem quando é solicitado pela Fomento Paraná.

A Instituição de Crédito Solidário de Maringá segue a forma de OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e está credenciada no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para operar o PNMPO (MARINGÁ CRÉDITO SOLIDÁRIO, 2017). A instituição também é conhecida como Maringá Crédito Solidário e foi criada em 2001 com a determinação da Prefeitura Municipal de Maringá. O objetivo principal da organização é proporcionar a melhoria da qualidade de vida de empreendedores formais e informais por meio do microcrédito, para assim, promover o desenvolvimento econômico e social e políticas de combate à pobreza do Município e região, estimulando a geração de empregos e renda (MARINGÁ CRÉDITO SOLIDÁRIO, 2017).

O quadro funcional de trabalhadores na Maringá Crédito Solidário é de oito funcionários, sendo um gerente administrativo financeiro, um gerente operacional, dois agentes de crédito, um assistente administrativo e financeiro, um auxiliar de escritório, um estagiário e uma zeladora (MARINGÁ CRÉDITO SOLIDÁRIO, 2018).

O Quadro 3 mostra a missão e visão da Fomento Paraná e Maringá Crédito Solidário, ambas procuram promover o desenvolvimento sustentável, econômico, social e serem reconhecidas, a primeira instituição no Estado do Paraná e a segunda na cidade em que atua, respectivamente.

Quadro 3: Missão e visão da Fomento Paraná e Maringá Crédito Solidário.

Instituições	Missão	Visão
Fomento Paraná	Promover o desenvolvimento sustentável através do apoio técnico e financeiro voltado às necessidades da sociedade paranaense.	Ser referência como instrumento financeiro no apoio ao desenvolvimento sustentável do Paraná.
Maringá Crédito Solidário	Contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região metropolitana de Maringá, por meio de parcerias financeiras ágeis, inovadoras, acessíveis, flexíveis e desburocratizadas, estimulando a geração de empregos e renda.	Ser a maior instituição de microcrédito da região metropolitana de Maringá, gerando emprego e renda, com sustentabilidade, transparência e atuando em sinergia com as políticas públicas.

Fonte: Elaborado com base nos sites: www.fomento.pr.gov.br e www.credito-solidario.com.br.

As parcerias e convênios da Fomento Paraná sucedem em todo o Estado do Paraná com as secretarias de Estado, prefeituras municipais, órgãos de classe e instituições

representativas do setor empresarial e o Sebrae-PR, a fim de proporcionar o acesso ao crédito para empreendimentos de micro, pequeno e médio porte, e também, participa de eventos para mostrar as linhas de financiamentos para os empreendedores e municípios (FOMENTO PARANÁ, 2017). Na Maringá Crédito Solidário as organizações que estabelecem parcerias são a Associação Comercial e Empresarial de Maringá (ACIM), Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), Caixa Econômica Federal (CAIXA), Casa do Empreendedor de Londrina, Centro Universitário de Maringá (CESUMAR), Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá (CODEM), Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Prefeitura Municipal de Maringá, Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Sindicato dos Comerciantes de Maringá (SINCOMAR) (MARINGÁ CRÉDITO SOLIDÁRIO, 2019).

4.2 ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ANALISADAS

Os programas de financiamento ofertados pela Fomento Paraná acontecem desde um empreendedor informal até as médias e grandes empresas, com os recursos próprios e repasses de organizações como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social (BNDES), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). As operações ocorrem nos setores públicos e privados, sendo que no setor público a maior parte da carteira de crédito da Fomento Paraná corresponde aos municípios. Já no setor privado encontra-se o programa de microcrédito e o empreendimento de micro, pequeno e médio porte. O programa de microcrédito iniciou no ano de 2000 com o estímulo de acesso ao crédito e desenvolvimento social, dessa forma, todo o território paranaense tem alcance ao microcrédito por meio de agente de créditos vinculados com organizações como prefeituras, associações comerciais e empresariais e alguns sindicatos patronais (FOMENTO PARANÁ, 2017).

Os valores de empréstimos para os clientes da Fomento Paraná e Maringá Crédito Solidário estão apresentados no Quadro 4, que exibe valores diferentes para as pessoas físicas e jurídicas. A Fomento Paraná oferece um empréstimo de até R\$ 10 mil para pessoa física, enquanto a Maringá Crédito Solidário de até R\$ 2 mil. A Fomento Paraná concede crédito acima de R\$ 20 mil no empreendimento de micro, pequeno e médio porte, sendo realizados por meio de recursos próprios ou repasses, e a Maringá Crédito Solidário concede crédito de no máximo R\$ 10 mil às micro, pequenas e médias empresas.

Quadro 4: Valores dos empréstimos para os clientes

Instituições	Fomento Paraná	Maringá Crédito Solidário
Empréstimos	Valores	
Pessoa física	Até R\$ 10 mil	De R\$ 500 a 2 mil
Empreendimentos formalizados	Até R\$ 20 mil	De R\$ 500 a 10 mil
Empreendimento de micro, pequeno e médio porte	Acima de R\$ 20 mil	De R\$ 500 a 10 mil

Fonte: Elaborado com base nos sites: www.fomento.pr.gov.br e www.credito-solidario.com.br.

O Quadro 5 apresenta a gestão de fundos e a descrição de cada uma delas. A Fomento Paraná atua na gestão operacional e financeira dos fundos públicos ligados à atividade principal, disponibilizando quatro tipos de fundos. E a Maringá Crédito Solidário utiliza os mesmo fundos do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, que também são quatros, além disso, usa outras fontes de recursos alocados para o PNMPO.

Quadro 5: Fundos da Fomento Paraná e da Maringá Crédito Solidário

Fomento Paraná	
Fundos	Descrição
Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE)	Responsável por ajudar financeiramente os setores públicos e privados, por meio de ações de créditos e participações societárias com a finalidade de incentivar o desenvolvimento socioeconômico do Paraná.
Fundo de Aval Rural (FAR)	Possibilita recursos aos agricultores para garantir o risco das operações contratada.
Equalização do Microcrédito (FEM)	Fornecer recurso financeiro para a própria instituição, proporcionando a diminuição das taxas de juros nas operações de microcrédito.
Fundo Garantidor das Parceiras Público-Privadas do Paraná (FGP/PR)	Possui o objetivo de servir contra garantias a seguradoras, entidades financeiras e organismos internacionais para que o poder público cumpra com as suas obrigações nos contratos de parcerias.
Maringá Crédito Solidário	
Fundos	Descrição
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	Autoriza a alocação do FAT em depósitos especiais remunerados, com o objetivo de incentivar a geração de trabalho, emprego e renda no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).
Depósitos à vista destinados ao microcrédito	Os tomadores devem ser microempreendedores que tenham os requisitos estabelecidos para a concessão do crédito, tendo as taxas de juros efetivas limitadas.
Orçamento geral da União	Analisar a repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes.
Fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste	Três por cento da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Fonte: Elaborado com base nos sites: www.fomento.pr.gov.br e www.portalfat.mte.gov.br.

Os produtos ofertados pelas duas instituições, apresentados no Quadro 6, mostra as diferentes linhas de créditos que cada uma delas operam. Na Fomento Paraná, os recursos BNDES são destinados para várias modalidades, como por exemplo aos caminhoneiros autônomos, garantindo a manutenção e conservação dos caminhões. A Instituição de Crédito solidário de Maringá oferece os créditos produtivos e rotativos, dessa forma, no crédito produtivo estão incluídos o crédito confiança, o crédito individual de fidelidade e os grupos solidários. E no crédito rotativo está incluso a troca de cheques.

Quadro 6: Produtos da Maringá Crédito Solidário

Fomento Paraná	
Produtos	Descrição
Microcrédito	Para pessoa física, jurídica e Paraná Juro Zero.
Recursos BNDES	Voltados para Crédito Pequena Empresa; Construção, Ampliação e Reformas; Máquinas e Equipamentos; Inovação, Pesquisa e Desenvolvimento; Energias Renováveis; Fundo Clima; e Caminhoneiros.
Banco da mulher paranaense	Produto lançado no mês de Setembro de 2019, que oferece taxas de juros diferenciados para as mulheres proprietárias ou sócias, com o objetivo de estimular o empreendedorismo feminino provendo a geração de renda e a qualidade de vida.
Maringá Crédito Solidário	
Produtos	Descrição
Crédito confiança	É oferecido para empreendedores que além de ter o seu negócio, deve ter também um trabalho fixo com holerite e no mínimo um ano de registro. Os valores dos créditos variam com o mínimo de R\$ 500,00 e máximo de R\$ 2.000,00, com taxa de 3,98% a.m., e possui o prazo mínimo de 03 parcelas e máximo de 12 parcelas mensais e não precisa mostrar garantias.
	O crédito individual de fidelidade é concedido para empreendedores formais ou informais, profissionais liberais e cooperativas de produções e serviços, com

Crédito produtivo	Crédito individual de fidelidade	variação dos valores de R\$ 500,00 até R\$ 10.000,00 e taxas de 3,98% a.m. mais a cobrança de 1% de TAC, tendo o prazo mínimo de 03 e máximo de 24 parcelas. Os requisitos para conseguir este produto é estar atuando no mínimo há oito meses na sua própria atividade, sendo formal ou informal, não ter restrições de crédito e mostrar uma garantia, que pode ser avalista ou veículo para transferência.
	Grupos solidários	São para os empreendedores que atuam no mercado há pelo menos seis meses, constituídos por no mínimo três empreendedores e cada um tem a sua própria tarefa. Os valores variam de R\$ 500,00 até R\$ 10.000,00 e taxas de 3,98% a.m. mais a cobrança de 1% de TAC, tendo o prazo mínimo de 03 e máximo de 24 parcelas.
Crédito rotativo	Troca de cheques	É permitida depois da terceira parcela do crédito dos clientes do crédito individual de fidelidade, com taxa de 3,98% a.m. e possui o prazo mínimo de 15 dias e máximo de 90 dias.

Fonte: Elaborado com base em entrevistas e sites: www.fomento.pr.gov.br e www.creditosolidario.com.br

A Tabela 01 mostra os perfis dos clientes do microcrédito da Fomento e Paraná e Maringá Crédito Solidário demonstrados no ano de 2018. Percebe-se a predominância do sexo masculino nas duas instituições, mas com pequena diferença entre os gêneros. A Fomento Paraná apresentou maior porcentagem na distribuição da constituição empresarial, com 92% de pessoa jurídica, já a Maringá Crédito Solidário apontou 40%, tendo a predominância na pessoa física com 60%. Com relação ao setor econômico, pôde-se observar que nas duas instituições analisadas a maior parte do microcrédito foi destinado para o setor de serviços, seguido pelo comércio e produção. A Maringá Crédito Solidário também concedeu empréstimos para a agricultura nesse mesmo ano de 2018.

Tabela 1 – Perfil dos Clientes.

Atributos		Fomento Paraná	Maringá Crédito Solidário
Gênero	Masculino	57%	51%
	Feminino	43%	49%
Constituição empresarial	Física	8%	60%
	Jurídica	92%	40%
Setor econômico	Serviços	56%	67%
	Comércios	34%	27%
	Produção	10%	5%
	Agricultura	-	1%
Taxa de inadimplência		7%	2%

Fonte: Elaborada com base nos relatórios concedidos pela Fomento Paraná e Maringá Crédito Solidário.

A taxa de inadimplência no mês de Agosto de 2019 da Fomento Paraná ficou em um percentual de 7%. De acordo com entrevista com a gerente, quando a taxa chega a 10% é feito um contato com o cliente podendo renegociar a dívida. Já a inadimplência declarada pela Maringá Crédito Solidário é relativamente mais baixa, representando um percentual de apenas 2,18%. De acordo com a gerente o contato do agente de crédito com o empreendedor é muito próximo e frequente e, assim o agente consegue identificar eventuais problemas, ajudando a solucioná-los antes do empreendedor se tornar inadimplente.

De acordo com dados fornecidos pela Fomento Paraná, o microcrédito contribuiu para a geração de 90 novos empregos nos anos de 2015 até 2018. A Maringá Crédito Solidário, por ser uma instituição mais antiga no mercado, ao oferecer microcrédito aos microempreendedores, contribuiu com a geração de emprego, renda e ocupação, destacando um total de 5.838 empregos gerados e 8.485 empregos mantidos, nos anos de 2001 até 2018.

A Tabela 2 apresenta os números de contratos e valores concedidos pela Maringá Crédito Solidário e pela Fomento Paraná. Percebe-se que o valor total dos contratos (somando

crédito produtivo e rotativo) da Maringá Crédito Solidário foram bem maiores do que os da Fomento Paraná.

Os contratos e valores da Fomento Paraná cresceram de 2015 a 2018, já o da Maringá Crédito Solidário, cresceram nos anos de 2015 e 2016 nos crédito produtivo e rotativo, no rotativo ainda teve um pequeno aumento no ano de 2017, com dois contratos a mais, consequentemente aumentando os valores, no entanto, no crédito produtivo houve uma redução tanto no número de contratos como nos valores totais. No ano seguinte, em 2018, os contratos e valores diminuíram em ambos os créditos da Maringá Crédito Solidário.

Os valores médios dos contratos, apresentando na Tabela 2, foram obtidos pela relação entre os valores totais e número total de contratos das duas instituições, de 2015 a 2018. Foi possível observar que o valor médio da Fomento Paraná é bem maior, apresentando uma média de R\$ 10.542, em comparação aos dois tipos de crédito da Maringá Crédito Solidário, com média de R\$ 4.682 no crédito produtivo e R\$ 1.786 no crédito rotativo. A Fomento Paraná possui uma média maior, pois o foco são pessoas jurídicas, correspondendo a 92% dos contratos (Tabela 1), fazendo empréstimos com valores mais altos e em menor quantidade de contratos. Já a Maringá Crédito Solidário foca na pessoa física, com 60% dos contratos (Tabela 1), apresentando assim maiores números de contratos e empréstimo de menor valor.

Tabela 2 – Número de contratos e valores da Fomento Paraná e Maringá Crédito Solidário.

Ano	Fomento Paraná		Maringá Crédito Solidário			
	Contratos	Valores	Crédito produtivo		Crédito rotativo	
			Contratos	Valores	Contratos	Valores
2015	11	129.207	534	2.367.013	224	507.664
2016	48	390.814	656	2.927.910	353	573.461
2017	87	808.847	556	2.708.971	356	614.931
2018	89	1.148.709	401	2.048.672	284	477.641
Total	235	2.477.577	2.147	10.052.566	1.217	2.173.697
Valor médio		10.542		4.682		1.786

Fonte: Elaborada com base nos relatórios concedidos pela Fomento Paraná e Maringá Crédito Solidário.

De acordo com as gerentes das instituições de microcrédito, seus clientes não possuem crédito em nenhuma outra instituição, principalmente nos sistema financeiro tradicional por causa da baixa renda e outros requisitos que essas instituições exigem. Desse modo, para favorecer essa população, a Fomento Paraná e a Maringá Crédito Solidário, mesmo com focos diferenciados, oferecem produtos com poucas exigências, como a ausência de garantias, a mínima burocracia, baixo valor e periodicidade no pagamento, orientação dos agentes de crédito e outros fatores, usando uma metodologia diferenciada que contribuem para a baixa taxa de inadimplência e também para a geração de emprego, ocupação e renda. Mesmo que os valores não sejam tão expressivos, é importante considerar a quantidade de microempreendedores que foram contemplados com um crédito, que não teriam acesso em uma instituição bancária, e o quanto esses pequenos créditos podem ter favorecido seus empreendimentos. Assim, verificou-se, portanto, que as instituições estudadas, contribuem para que essas pessoas e pequenos empreendedores tenham acesso ao crédito formalizado, incluindo-as no sistema financeiro e, além disso, contribuindo para a geração de emprego e renda.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse artigo foi realizar uma análise comparativa da atuação de duas instituições de microcrédito em Maringá, sendo a Fomento Paraná e a Maringá Crédito Solidário. Para isso, utilizou a pesquisa qualitativa, por trazer maior entendimento e conseguir um acordo com o sentido.

O microcrédito é um serviço de inclusão financeira que contribui para superação da pobreza, com a geração de trabalho e renda, pela aplicação da metodologia diferenciada. Os atributos dessa atividade são o público alvo, finalidade, montante, ausência de garantias, mínima burocracia, periodicidade de pagamentos e orientação que facilitam as pessoas físicas e jurídicas na concessão do crédito, por meio das instituições de microcrédito.

As instituições de microcréditos analisadas têm como objetivo proporcionar o crédito para as pessoas de baixa renda, por meio dos agentes que oferecem os produtos, a fim de ajudar nos empreendimentos dessas pessoas. Sobre as instituições estudadas, observou que a Fomento Paraná situada na prefeitura de Maringá é mais recente que a Maringá Crédito Solidário no município de Maringá, portanto, os dados coletados foram menores, mas com informações relevantes. As duas instituições possuem poucos trabalhadores, o que dificulta o atendimento de mais clientes, vendo que o papel dos agentes é importante para o tomador de crédito, já que eles fazem a conexão entre a instituição e o cliente.

Nos dados coletados das duas instituições apontou a missão, visão, atuação e constatou que os programas e valores oferecidos para os clientes são diferentes. Ambas trabalham com pessoa física e jurídica só que cada uma delas foca mais em um. Desse modo, a Fomento Paraná enfatiza a pessoa jurídica, enquanto a Maringá Crédito Solidário a pessoa física, tal que, os contratos da Fomento Paraná são menores, mas com valores maiores do que a Maringá Crédito Solidário.

Outros resultados foram à distribuição no setor econômico com ênfase nos outros serviços, os aspectos sociais contribuindo para a geração de emprego, renda e ocupação, a taxa de inadimplência e o gênero, com predominância no sexo masculino. No Microcrédito o foco são as mulheres, mas nos relatórios percebeu-se que as porcentagens do sexo masculino e feminino são próximas.

Esse estudo, portanto evidencia um estudo comparativo sobre a atuação das duas instituições de microcrédito em Maringá. Os objetivos foram atingidos, por meio dos resultados coletados na entrevista e documentos digitais de ambas as instituições, sendo analisadas as diferenças e semelhanças, contudo, evidenciando as atividades desenvolvidas e os serviços prestados, como os produtos oferecidos para a população de baixa renda que necessita do empréstimo para o empreendimento de pequeno, médio e grande porte, contribuindo para o desenvolvimento do país. Estudos futuros podem ser feitos com dados recentes da Fomento Paraná e Maringá Crédito Solidário, comparando com outras instituições de microcrédito em Maringá ou também comparando a Fomento Paraná de Maringá com as de outras cidades em que atuam no Paraná.

6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Mara Regina de. **O microcrédito e o combate à pobreza: entraves e desafios para o fortalecimento do setor de microfinanças no Brasil**. 155 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é agência de fomento?**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidade financeira/agenciafomento>> Acesso em: 08 Mai. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é cooperativa de crédito?**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fpre%2Fcomposicao%2Fcoopcred.asp>> Acesso em: 30 Mai. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é sociedade de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte?**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fpre%2Fcomposicao%2Fscmepp.asp>> Acesso em: 30 Mai. 2019.

- BANCO DE MOÇAMBIQUE. **Desafios da Inclusão Financeira em Moçambique - Uma Abordagem do Lado da Oferta**. XXXVII Conselho Consultivo. Pemba, 2013.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO. **Microcrédito no Brasil: histórico e legislação/artigo**. 2016. Disponível em: < <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/microcredito-brasil>> Acesso em: 08 Mai. 2019.
- BARONE, Francisco Marcelo; LIMA, Paulo Fernando; DANTAS, Valdi e REZENDE, Valéria. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília, Conselho da Comunidade Solidária. 2002.
- CACCIAMALI, Maria Cristina; MATOS, Franco de; MACAMBIRA, Júnior. **O Setor de Microfinanças e as Políticas de Microcrédito no Brasil**. A atividade e a política de microcrédito no Brasil: visões sobre sua evolução e futuros desafios. Organizadores Franco de Matos, Júnior Macambira e Maria Cristina Cacciamali. Fortaleza: IDT/USP, 2014. p. 17-34.
- COSTA, Fernando Nogueira da. **Microcrédito no Brasil**. Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, SP, n. 175, abr. 2010. (texto para discussão).
- COSTANZI, Rogério Nagamine. Microcrédito no âmbito das políticas públicas de trabalho e renda. **Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise**, IPEA/MTE, ano 7, v. 52, jun. 2002.
- DANTAS, valdi de Araújo. **Microcrédito e cidadania**. A atividade e a política de microcrédito no Brasil: Visões sobre sua evolução e futuros desafios. Organizadores Franco de Matos, Júnior Macambira e Maria Cristina Cacciamali. Fortaleza: IDT/USP, 2014. p. 159-175.
- FOMENTO PARANÁ. Governança Corporativa. **Relatório gestão – 2017**. Disponível em:<http://www.fomento.pr.gov.br/arquivos/File/Lei13303/Governanca_Corporativa/Relatorio_de_Gestao_2017_FINAL.pdf> Acesso em: 15 Mai. 2019.
- FOMENTO PARANÁ. Institucional. Disponível em: < <http://www.fomento.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>> Acesso em: 24 Abr. 2019.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo : Atlas, 2002
- GONÇALVES, Alessandra Soares. **UMA ANÁLISE DA INCLUSÃO FINANCEIRA (2004-2013)**. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 2015.
- GONZALEZ, L.; PIZA, C. T.; GARCIA, D. B. Sinergia entre microsseguro e microcrédito e o crescimento dos mercados no Brasil. **Revista Brasileira de Risco e Seguro**, v. 5. n. 10, p. 45-84. 2009.
- GONZALEZ, Lauro; DRIUSSO, Marcelo. Inovações no Microcrédito. **GVEXECUTIVO**, v. 7, n. 3, p. 54-59, maio/jun. 2008.
- HELAL, Sandro Georges; CUNHA, Marina Silva de. Microcrédito: origens, pobreza e exclusão bancária no Brasil. **Acta Scintiarum Human and Social Sciences**. v.39, p. 293-303, 2017.
- KELLY, V. L. A.; FONSECA, A. C. P. D.; SAUERBRONN, F. F. O Papel Social do Microcrédito: Estudo sobre o Projeto CDD – Cidade de Deus. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 24, n. 77, p. 1-24, 2019
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo, Atlas S. A., 1991.
- LEITE, Carlos. MONTORO, Fernando Antonio Franco. A Importância Do Microcrédito Para o Desenvolvimento Econômico e Social e o Banco Do Povo Paulista. A SBSCM – Associação Brasileira das Sociedades de Microcrédito. Disponível em: <<https://www.abscm.com.br/uploads/publicacoes/>> Acesso em: 09 Mai. 2019.
- LIMA, Maria Lucinda Silva; CARVALHO, Lucas Araujo; VIDAL, Marcelo Barbosa. **Microfinanças e inclusão social – um Estudo de Caso**. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco. Anais... Acre, 2008.
- MARINGÁ CRÉDITO SOLIDÁRIO. **Produtos**. Disponível em: < <https://www.credito-solidario.com.br/produtos>> Acesso em 15 Mai. 2019.

- MARINGÁ CRÉDITO SOLIDÁRIO. **Relatório da Administração 2017**. Disponível em: <https://www.creditosolidario.com.br/relatorios_financeiros> Acesso em: 04 Abr. 2019.
- MARINGÁ CRÉDITO SOLIDÁRIO. **Relatório da Administração 2018**. Disponível em: <https://www.creditosolidario.com.br/relatorios_financeiros> Acesso em: 10 Set. 2019.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Instituições operadoras**. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-aco-es-2/programa-nacional-do-micro-credito-produtivo-orientado-pnmpo/instituicoes-operadoras/>> Acesso em: 30 Mai. 2019.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em: <www.portalfat.mte.gov.br> Acesso em: 02 Out. 2019.
- MONZONI N. M. P. **Impacto em Renda do Microcrédito**: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo / Mario Prestes Monzoni Neto. 195f. 2006.
- NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisa em administração**. São Paulo. V.1, N.3, 2 sem/1996.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.
- REYMÃO, A. E. N.; CORRÊA, H. A. B. (2014). **Assimetria de Informação e Microcrédito: Reflexões sobre o Uso do Capital Social para Redução da Pobreza**. In: F. MATOS; J. MACAMBIRA; M.C. CACCIAMALI (orgs.), A atividade e a política de microcrédito no Brasil: Visão sobre sua evolução e futuros desafios. p. 01-206. FortalezaCE. IDT, USP
- RIBEIRO, Daniel de Araújo. **Microcrédito como Meio de Desenvolvimento Social**. Dissertação de Mestrado. Nova Lima/MG: 2009.
- RICHARDE, Ana Paula Merenda; ROCHA, Sarah de Oliveira; SELA, Vilma Meurer. **A Atuação da Fomento Paraná Como Inclusão Financeira de Microcrédito e Pequenos Empreendimentos no Estado do Paraná**. Gestão e Desenvolvimento em Revista. v. 4, n. 2, p. 103-116, jul-dez/2018.
- SANTIAGO, Eduardo Girão. **Microcrédito, emancipação empreendedora e combate à pobreza: controvérsias e outros caminhos**. A atividade e a política de microcrédito no Brasil: Visões sobre sua evolução e futuros desafios. Organizadores Franco de Matos, Júnior Macambira e Maria Cristina Cacciamali. Fortaleza: IDT/USP, 2014, p. 55-74.
- SANTOS, Carlos Alberto dos. **O Microcrédito e a formalização de micronegócios: Desafios e perspectivas no Brasil**. A atividade e a política de microcrédito no Brasil: Visões sobre sua evolução e futuros desafios. Organizadores Franco de Matos, Júnior Macambira e Maria Cristina Cacciamali. Fortaleza: IDT/USP, 2014, p. 125-138.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Conheça o Crediamigo**. 2018. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conheca-o-crediamigo,f91a5415e6433410VgnVCM1000003b74010aRCRD>> Acesso em: 23 Abr. 2019.
- SILVA, Roberto Vilela de Moura; GÓIS, Lúcia. Spinola. **As diferentes metodologias de microcrédito no mundo e no Brasil**. 2007.
- SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed: Bookman, 2009.
- SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Aberlado Duarte de. **Microfinanças – o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. 2. ed., Brasília, Banco Central do Brasil, 2008.